

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO de Geografia

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS

VOL. 13 - N.º 1 - JAN./DEZ. 1993

A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL SOB A ÓTICA DAS ESCOLA DE CHICAGO E NEOCLÁSSICA

*Carlos Alberto F. da Silva**

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar os principais aspectos da Escola de Chicago e da Escola Neoclássica no que diz respeito à segregação residencial no ambiente urbano. Após a análise dessas duas correntes analíticas dos modelos espaciais de segregação, o estudo destaca as diferenças entre ambas.

UNITERMOS: Geografia Urbana/Segregação Residencial

1. INTRODUÇÃO

A origem da segregação residencial remonta desde o aparecimento da cidade e das classes sociais. Entretanto, é com o capitalismo que a questão (natureza e significado) assume uma dimensão maior devido a fragmentação das classes sociais.

No século XIX, grandes transformações como o surgimento da grande indústria, bonde, ferrovias, etc., trouxeram mudanças nas cidades, ou seja, propiciaram uma renovação do espaço urbano. Antes dessa época, a estrutura urbana era menos instável. Com os novos modelos espaciais de segregação residencial advindos dessas transformações, surgem correntes analíticas, que procuram estudar tais padrões. Em nosso trabalho, analisaremos duas dessas correntes: Escola de Chicago ou de Ecologia Humana e Escola Neoclássica.

2. ESCOLA DE CHICAGO

2.1. A Teoria da Ecologia Humana: Uma breve Definição

O primeiro ponto de importância da Escola de Ecologia Humana é sua antecedência na sistematização dos estudos de segregação do espaço

* – Professor do Depto. Geografia/UFG.

DA SILVA, Carlos Alberto F. A segregação residencial sob a ótica das escolas de Chicago e Neoclássica. Boletim Goiano de Geografia. 13(1):29-44, jan./dez. 1993.

urbano, a partir de 1916 com o artigo de Robert E. Park intitulado "A Cidade: Sugestão Para Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano", em que o autor afirma:

"Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram" (pág. 62).

Este artigo foi a obra inicial de Ecologia Humana, que tinha como pontos-chave da matriz disciplinária, os seguintes elementos teórico-epistemológicos:

a) Darwinismo social; ou seja, a aplicação dos conceitos de DARWIN na análise e funcionamento da sociedade. Em síntese, o Darwinismo social transplanta para a vida econômico-social a teoria da seleção natural, segundo a qual os mais aptos sobrevivem;

b) O pragmatismo americano de John Dewey, com o qual Park compartilhou a visão de que o conhecimento "is and should always be finally and fundamentally practical" (Entrikin 1980:47);

c) Neo-Kantismo – A visão de Windelband e Rickert deu a base da concepção de Park para o sistema de ciências. Conforme comenta ENTRIKIN(1980-55): "A lógica da Ecologia de Park foi estabelecida pela sua interpretação do enunciado de Windelband que dividia as ciências em idiográficas ou nomotéticas".

A aplicação de tais elementos teórico-epistemológicos com ênfase nos métodos ecológicos para o estudo da cidade aparece no trabalho inicial de Park, onde o autor afirma:

"Penso que ... um conceito de cidade, comunidade e de região, não como fenômeno meramente geográfico, e sim, como uma espécie de organismo social".

O atrativo do modelo biológico para Park e outros ecólogos humanos, segundo Reissman (1970:109), parecia compreensível, pois o estímulo a se aplicar as teorias de Darwin aos fenômenos sociais se devia ao fato de que as forças impessoais que Darwin identificava na natureza, pareciam encontrar sua expressão no mundo social. Para Reissman:

DA SILVA, Carlos Alberto F. A segregação residencial sob a ótica das escolas de Chicago e Neoclássica. *Boletim Goiano de Geografia*. 13(1):29-44, jan./dez. 1993.

"As analogias entre sociedades e biologia eram muitas e cada uma parecia confirmar a validade do darwinismo social".

O setor das Ciências Biológicas por que Park e os ecólogos humanos se sentiam atraídos era o de Ecologia Animal e Vegetal, já que estes concretavam a formulação de Darwin acerca da natureza como processo ecológico. Para Reissman (1970:111): "o meio natural era visto como uma unidade orgânica, uma trama vital".

Em busca de construir uma teoria ecológica e reivindicar a ecologia para um uso efetivamente sociológico, Park dividiu a organização social em dois níveis: o biológico e o cultural. Dentro dos pressupostos darwinistas, a competição era o sistema guia desses dois níveis, que se encontravam inter-relacionados. Conforme afirmou Park (1948:35):

"A superestrutura cultural repousa sobre a base da subestrutura simbiótica, e as energias emergentes que se manifestam no nível biótico em movimentos e ações, revelam-se no nível social superior".

No entanto, o reconhecimento de tal inter-relação não era suficiente, pois o nível biológico teria que ser independente, ou teria que refletir detalhadamente o que sucedia no nível cultural. Por isso, Park(1948:36), com certa cautela, definiu a Ecologia Humana como:

"Uma tentativa de investigação dos processos pelos quais o equilíbrio biótico e o equilíbrio social se mantêm uma vez alcançados e dos processos pelos quais, quando o equilíbrio biótico e o equilíbrio social são perturbados, faz-se a transição de uma ordem relativamente estável para outra".

2.2. O Espaço Urbano Dentro da Ecologia Humana

Segundo Park, a cidade é um tipo particular de comunidade baseada na semelhança das comunidades vegetais, arraigadas territorialmente e com unidades de indivíduos vivendo em relação de interdependência

mútua, que é antes simbiótica do que social no sentido em que esse termo é aplicado aos seres humanos. Para ele, a cidade apresenta uma unidade orgânica com uma estrutura definida e um ciclo de vida, ou seja, "uma história de vida na qual a juventude, a fase adulta e a senilidade podem ser observadas" (Park, 1948:24). Observa-se nessa concepção de cidade, uma matriz funcionalista teleológica, ou seja, um todo orgânico com partes funcionando em função do todo e com estágios de vida pré-determinados.

A relação das comunidades dentro desse espaço urbano era vista através do filtro biológico emanado diretamente do darwinismo social; caracterizado por três grandes princípios emergentes da ecologia vegetal: competição, dominação e sucessão. Vejamos cada um deles:

A competição, segundo Haeckel, aparece como a luta pela sobrevivência, a qual regula os membros de uma comunidade, preservando seu equilíbrio. À nível do espaço urbano, a competição é a luta pelos diferentes usos da terra pelas classes sociais para sobreviver e ter sucessos sobre a mesma. Por outro lado, essa competição leva a um conflito social, que é regulável, gerando um equilíbrio da comunidade a partir dos mosaicos sociais formados: "Assim, cada crise ou conflito social que inicia um período de rápida mudança, durante o qual a competição é intensificada, leva finalmente a um período de equilíbrio mais ou menos estável" (Park, 1948:27).

Desse modo, Park naturalizou a sociedade através da tese do equilíbrio-desequilíbrio-equilíbrio. Vê-se, então, que a cidade sob o ponto de vista ecológico não era algo estático, sem movimento. Cada estágio de vida corresponderia a um estágio de equilíbrio, com nova organização espacial, novas espécies dominantes e novos usos da terra.

Todavia, no bojo da competição emerge o processo de **dominação** onde algumas lutas pelo uso da terra determinam a localização ótima de um determinado uso da terra e de outros usos da mesma.

Com efeito, surgem as **áreas naturais**, que podem ser definidas como "unidade na estrutura física da cidade, tipizada por uma individualidade do povo que está segregado dentro dela com atitudes, sentimentos e interesses característicos" (Zorbaugh, 1948:344), e são consequência do processo ecológico de competição/dominação. As unidades de tais áreas são reforçadas quando os indivíduos se acham adaptados uns aos outros, dando um caráter específico às mesmas.

DA SILVA, Carlos Alberto F. A segregação residencial sob a ótica das escolas de Chicago e Neoclássica. Boletim Goiano de Geografia. 13(1):29-44, jan./dez. 1993.

Vale ressaltar que, "as chamadas áreas naturais de uma comunidade metropolitana - por exemplo, a área do slum, a das casas de cômodo, o distrito central de lojas, o centro de negócios bancários - cada uma e todas devem sua existência ao fator dominância e, indiretamente à competição (Park, 1948:28). Desse modo, percebe-se que "as áreas naturais" representam a dimensão espacial de segregação social ao resultar do processo de competição que, por sua vez, originaria espaços específicos de dominação de diferentes grupos sociais na cidade.

Vê-se, então, que a dominância é o meio pelo qual se faz a segregação residencial. Esta seria um estágio de harmonia que se encontraria no bojo da competição natural entre os indivíduos. A área de dominância seria geralmente, áreas de valores de terrenos mais altos(exemplo: distrito central das lojas, área central dos negócios bancários). A partir dessas áreas, os valores de terreno declinaram em direção à periferia da comunidade urbana.

Por final, o terceiro princípio, a **sucessão** - substituição de um grupo social por outro no espaço - sugere o refazer dos padrões de segregação pretéritas. Este princípio, juntamente com a dominância, operam para estabelecer uma ordem na comunidade. São portanto, funções dependentes do processo de competição.

2.3. A Segregação Residencial Dentro do Estudo da Ecologia Humana

Segundo Zorbaugh (1948:341-2), a expansão das cidades americanas apresentava processos típicos de crescimento, que segregavam largas zonas urbanas, à medida que se expandiam radialmente a partir do centro. Desse modo, teríamos: um distrito central de comércio, uma zona de indústria, uma zona de lares de trabalhadores até, mais ao longe, uma zona suburbana, ocupada pela elite dominante. Para o autor, tais zonas podem representar a segregação residencial através de círculos concêntricos (que veremos mais adiante), quando não há barreiras geográficas para complicar. Tais círculos dariam uma descrição da anatomia residencial de uma cidade americana. A segregação residencial se faria em função da proximidade de uma indústria, fluxo de transporte ou de negócios bancários de cada área natural, dando as mesmas uma individualidade que se refletiria nos valores e aluguéis dos terrenos em determinadas zonas dos círculos concêntricos.

Sendo a segregação residencial resultante do processo ecológico de dominação/competição dos habitantes da cidade por uma posição na comunidade, tal processo segrega a população nas áreas naturais, já que os valores de terreno tendem a fragmentar e distribuir a população no espaço urbano.

Tal segregação residencial também se reflete através dos fatores culturais, que criam repulsão ou atração populacional entre as áreas naturais. Dentro da visão de competição, cada área natural é composta por indivíduos predestinados a mesma, que tende a tornar-se área cultural, com costumes, crenças, tradições e interesses comuns. Logo, como afirma Zorbaugh (1948:343):

"A individualidade física das áreas naturais da cidade é acentuada pela individualidade cultural das populações segregadas em cada uma delas. Destarte, as áreas naturais e os grupos culturais tendem a coincidir".

Cabe ressaltar, que tais áreas naturais segregadas não são planejadas. São resultado de forças ecológicas que atraem os habitantes melhor qualificados para viver nelas. Vejamos agora como se comporta espacialmente esse tipo de segregação residencial da Escola de Ecologia Humana através do padrão de segregação de Burgess.

2.3.1. Padrão Espacial de Segregação de Burgess

A partir da análise das cidades americanas dos anos 20 deste século, E. W. Burgess explica a segregação residencial a partir do método ecológico, no que diz respeito à competição pela posição ou localização do indivíduo no espaço urbano. Conforme Gottdiener (1985:31):

"Ele converteu as forças ecológicas que eram funções da posição dentro da teoria de localização espacial, derivada da competição biogenética sobre a Terra".

Em seu trabalho, Burgess desenvolveu seu clássico modelo de círculos concêntricos das formas urbanas, procurando explicar as mudanças

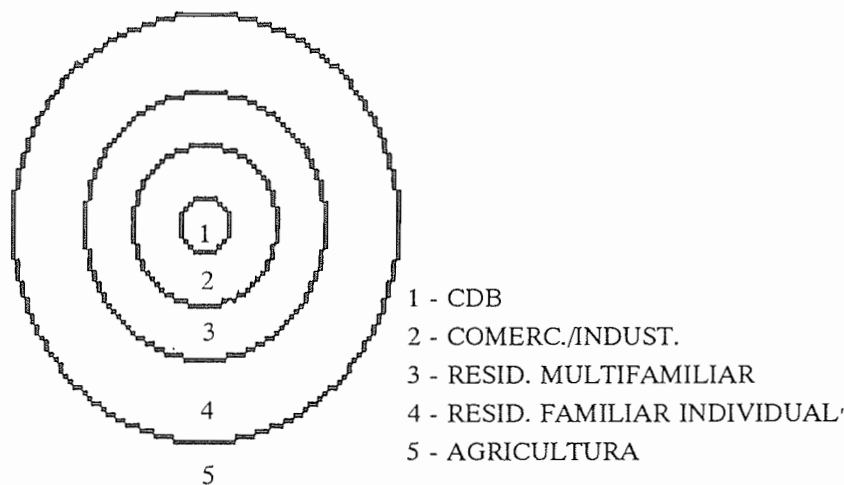
DA SILVA, Carlos Alberto F. A segregação residencial sob a ótica das escolas de Chicago e Neoclássica. Boletim Goiano de Geografia. 13(1):29-44, jan./dez. 1993.

no padrão de uso da terra, especialmente as diferenciações internas da cidade dentro do processo de crescimento urbano.

Para tanto, Burgess desenvolveu a noção de centralidade, que seria o centro da cidade em função da posição e dos processos históricos de aglomeração e da competição ao redor de tal centro. Como as cidades americanas cresceram de tamanho, a competição e a maior divisão do trabalho determinaram dois processos ecológicos: centralização e descentralização, que foram uma versão funcional do ciclo de invasão-sucessão (Gottiner, 1985:31). Observe a figura I.

Em tal figura, notam-se círculos concêntricos. A zona I define como distrito comercial central, onde os preços do solo são mais elevados e onde há maior fluxo de pessoas e de transporte durante o dia. A zona II, seria uma zona de transição próxima ao centro, que se deteriorou ao longo dos anos, sendo habitadas por ladrões, vagabundos, guetos, prostitutas, etc. A Zona III, seria o lugar dos trabalhadores de classes baixa, logo representada por residências bem simples. A zona IV, seria a de melhores residências, pois estava ocupada pela classe média americana. A zona V se distinguia por habitações unifamiliares de qualidade e pelo bem-viver, já que era ocupada pela elite dominante.

Figura I – Modelo de Segregação de Burgess



Em seu estudo sobre segregação residencial, Burgess, admite como ponto de partida de sua análise esse padrão espacial. Não se preocupa com a gênese do mesmo. Dentro de sua lógica ecológica de invasão-sucessão, as áreas abandonadas pela classe média e alta (zona I) eram invadidas por outras populações de menor renda, sucedendo, então, um aumento de pobres no centro da cidade e locomoção dos extratos superiores da sociedade para a periferia. Esse seria o padrão natural de segregação residencial, e como afirma Gottdiener (1985:33):

"A diferenciação interna do uso da terra representava uma gradiente de patologia social do centro para a periferia".

Em suma, esse era o padrão espacial de segregação residencial que se verificava naquele momento para as cidades americanas capitalistas industriais, e que foi mapeado ecologicamente de forma hipotética nos círculos concêntricos de Burgess.

3. ESCOLA NEOCLÁSSICA

Ao contrário da Escola de Ecologia Humana que se baseava no Darwinismo social para a explicação da segregação residencial, a Escola Neoclássica se apóia em uma teoria subjetiva do valor-utilidade e na Lei dos Rendimentos Decrescentes. É a partir dessa base teórica, que analisaremos o padrão de segregação neoclássico.

A teoria do valor-utilidade constituiu-se oposição à teoria do valor-trabalho da Escola Clássica. Para os neoclássicos a utilidade de cada bem e sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas, acreditando que o mecanismo da concorrência(ou a interação da oferta e da procura) explicado a partir de um critério psicológico (maximização do lucro pelos produtores e a utilidade pelos consumidores), é a força reguladora da atividade econômica, capaz de estabelecer o equilíbrio entre produção e consumo (SANDRONI, 1989:111). Vê-se, então, que a análise neoclássica se caracteriza, portanto, no comportamento dos indivíduos - a teoria do valor-

DA SILVA, Carlos Alberto F. A segregação residencial sob a ótica das escolas de Chicago e Neoclássica. *Boletim Goiano de Geografia*. 13(1):29-44, jan./dez. 1993.

utilidade parte de um comportamento subjetivo - e nas condições de um equilíbrio estático da economia.

A espacialidade dessa teoria se manifesta quando cada lugar possui um valor-utilidade para diferentes usuários (indivíduos e firmas), segundo os interesses dos mesmos. Desse modo, estabelece-se, então, uma competição pelo uso da terra, em busca de localizações melhores (localização industrial ótima, por exemplo) aos indivíduos que tenham capacidade de pagar pelo uso do solo.

A lei dos rendimentos tem como pressupostos básicos a competição perfeita, racionalidade econômica e a presença de uma planície isotrópica. Ela pode ser concebida da seguinte maneira: "aumentando-se a quantidade de um fator variável, permanecendo fixa a quantidade dos demais fatores, a produção, de início, crescerá a taxas crescentes; a seguir, após certa quantidade utilizada do valor variável, passará a crescer a taxas decrescentes; continuando o aumento da utilização do fator variável, a produção decrescerá. Um exemplo clássico é o do aumento do número de trabalhadores em certa extensão de terra a ser cultivada. Numa primeira fase a produção aumenta, mas logo se chega a um estado de nenhum aumento na produção, devido ao excesso de trabalhadores em relação à extensão de terra que não aumentou" (SANDRONI, 1989:170).

A partir dessa base teórica, citada acima, Von Thünen (1783-1850), com sua teoria sobre o uso do solo agrícola, verificou que a localização do terreno passa a ser a base do estudo de valorização da terra, ou melhor, ele reconheceu que a renda, em qualquer localização, é igual ao valor de seu produto menos os custos de produção e de transporte.

No plano urbano, e usando uma teoria da terra urbana parecida com a de Von Thünen, Hurd (1903) com sua obra "Principles of City Land Values", citado por Quesada (1980:18-19), determinou que o valor do solo urbano varia com a distância ao centro, ou seja, que quanto menor a distância ao centro, maior é o preço do solo e vice-versa (ver gráfico I). Em suma, Hurd afirma que:

"desde que el valor depende de la renta economica y la renta depende de la localización, que por sua vez depende de la conveniencia y esta, de la cercania, se pueden eliminar los pasos intermediários y decir que el valor depende de la cercania".

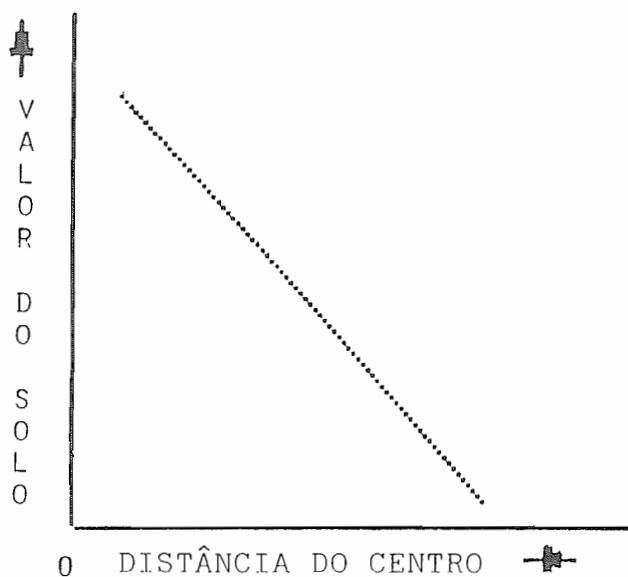


Gráfico 1 -
Modelo de Hurd

Nota-se, que o preço da terra urbana é função do lucro que a mesma pode gerar em relação à localização, ou seja, a sua acessibilidade. Neste sentido, a acessibilidade se torna um fator essencial para a compreensão da relação entre transporte e valorização do solo urbano, ao se verificar que o desenvolvimento do sistema de transporte para o centro da cidade torna o preço da terra mais elevado para essa área, e decrescente em direção à periferia urbana.

Entretanto, Willian Alonso (1964) trabalhou um pouco mais a questão do valor das terras urbanas, admitindo ser a acessibilidade um bem inferior em relação à preferência dos consumidores por comprar um espaço na cidade. Em sua formulação, ele procura explicar o conhecido paradoxo americano: os pobres preferem viver nas terras próximas ao centro e,

DA SILVA, Carlos Alberto F. A segregação residencial sob a ótica das escolas de Chicago e Neoclássica. Boletim Goiano de Geografia. 13(1):29-44, jan./dez. 1993.

portanto, mais caras, enquanto os ricos se interessam pela periferia onde os preços da terra são mais baixos. Como isso é possível?

Com base na teoria do valor-utilidade, teríamos o seguinte: os pobres, junto ao centro, substituem uma utilidade por outra: acesso ao trabalho mais fácil por alta densidade demográfica, enquanto a classe média paga alto preço de transporte em troca de uma área de menor densidade demográfica.

Outros modelos neoclássicos como o de Brigham (1972), com sua obra "The Determinants of Residential Land Values", citado por Quesada (1980-28), procuram determinar o valor da terra para fins residenciais. Para Brigham, se a oferta de terras é fixa, o valor das mesmas é determinado pela demanda por espaço urbano, sendo que, tal procura é função, também, da acessibilidade do lugar, topografia e certos fatores históricos. Neste modelo, as áreas junto ao centro da cidade também possuem uma maior valor do solo (ver gráfico 2).

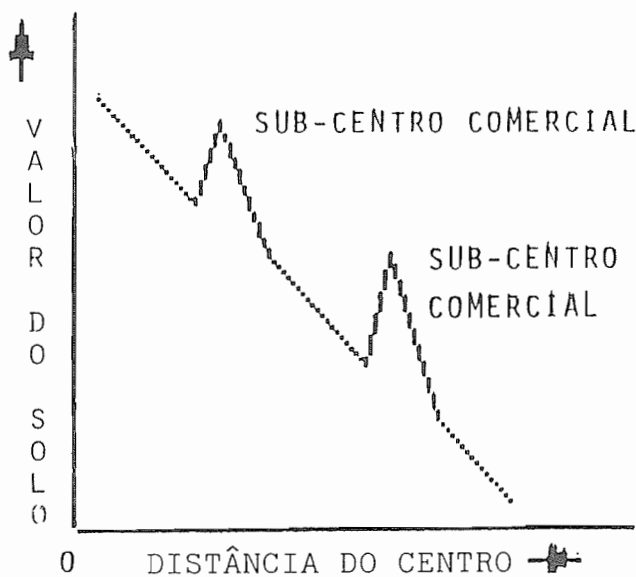


Gráfico 2 -
Modelo de
Brigham

Ainda tomando a teoria de Von Thünen com base, Berry (1974), descobre que as atividades econômicas se localizam em determinadas áreas em função da distância. Segundo o modelo Berry, o padrão de uso da terra urbana apresenta as seguintes características:

a) os valores da terra são mais altos no centro da cidade e decrescem em direção à periferia urbana;

b) os valores da terra são mais altos nos eixos rodoviários mais importantes;

c) os picos locais de valor mais elevado que o nível geral, a uma distância determinada do centro da cidade, ocorrem nas interseções das artérias de tráfego, o eixo de transportes mais importantes.

O modelo de Berry é o que melhor ilustra o padrão de segregação residencial da Escola Neoclássica (observe o gráfico 3). Segundo o autor, levando em conta a capacidade de pagar *rent* e a distância ao centro da cidade, as residências multifamiliar, representadas pelas classes sociais mais baixas estariam mais próximas ao Distrito Central de Negócios (CBD) e ao Comércio/Indústria, ou seja, nas terras mais caras, enquanto as residências familiares individuais, representadas pelas classes sociais mais abastadas, estariam na periferia da cidade.

Em resumo, a partir dos postulados da Escola Neoclássica (concorrência perfeita e custos de transporte crescentes com o aumento da distância ao centro da cidade), o processo de diferenciação residencial aparece como resultante de um **trade-off** entre as áreas de habitação e a acessibilidade das mesmas em relação ao centro da cidade, onde se concentram as atividades econômicas (local do trabalho) e onde o solo urbano é mais caro.

Dado que as classes de baixa renda precisam reduzir os custos de transporte entre local de trabalho e moradia, o processo de competição pelo uso do solo determina um padrão de segregação residencial, que se constitui num paradoxo; as residências de classe social mais baixa acabam ocupando, em altas densidades, as áreas onde o preço do solo urbano é mais alto. É o paradoxo americano.

DA SILVA, Carlos Alberto F. A segregação residencial sob a ótica das escolas de Chicago e Neoclássica. Boletim Goiano de Geografia. 13(1):29-44, jan./dez. 1993.

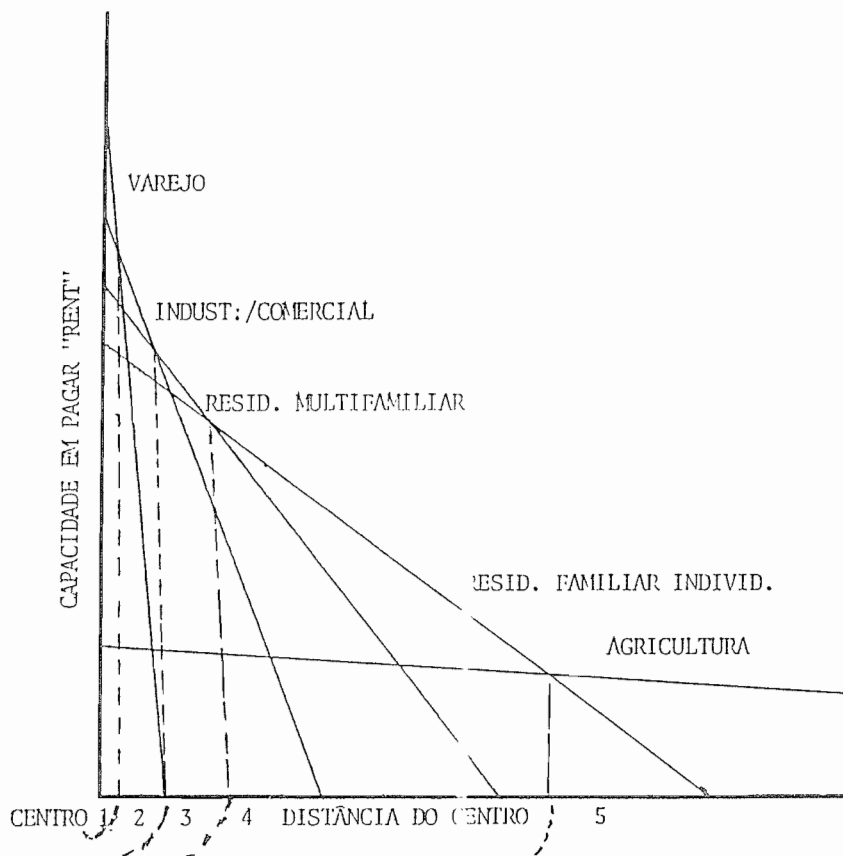


Gráfico 3 - Modelo de Berry

4. CONCLUSÃO

Depois de exposto as duas concepções de segregação residencial da Escola de Ecologia Humana e da Escola Neoclássica, destacaremos agora as principais diferenças entre ambas.

O primeiro contraste notado entre as duas escolas é que a Escola de Ecologia Humana se baseava essencialmente no darwinismo social, enquanto a Escola Neoclássica na teoria do valor-utilidade e na lei dos rendimentos decrescentes.

A Escola de Ecologia Humana, como vimos, vê a segregação residencial – de forma funcionalista – como resultante de processos ecológicos de adaptação social, competição, invasão-sucessão e de processos de ordem moral realizados durante o processo de crescimento urbano sob a ótica de uma economia capitalista perfeita. Tal segregação residencial tinha também como pressupostos, um sistema de transporte bem distribuído pela cidade e uma heterogeneidade étnica e social, que era facilmente determinada pela localização da população nas áreas naturais – verdadeiras regiões dentro da cidade, resultantes da competição/dominância do indivíduo por uma posição no espaço urbano.

Vê-se, então, que a segregação representava um tipo particular de população no seio de uma comunidade urbana como resultado da atuação de forças seletivas combinadas, as quais provocavam segregações de índole econômica, cultural e étnica entre outras (Mackenzie:1948). No processo de diferenciação residencial o papel do valor do solo era de fundamental importância, já que era este valor que determinava a distribuição dos usos do espaço urbano entre as diferentes atividades econômicas e a população.

Esses valores e uso do solo pelos indivíduos eram resultado dos processos ecológicos de competição, dominância e invasão-sucessão, responsáveis pela distribuição da população e atividades econômicas no espaço urbano: uma área central onde os preços do solo são mais altos, expande-se expulsando algumas atividades e populações (de maior renda) para a periferia, e estas, por sua vez, expulsam outras, dando origem a uma conformação espacial da cidade em áreas concêntricas. A culminação de tais idéias se materializou com o modelo de Burgess, que representa o padrão espacial de segregação residencial da Escola de Ecologia Humana, como já vimos antes.

DA SILVA, Carlos Alberto F. A segregação residencial sob a ótica das escolas de Chicago e Neoclássica. *Boletim Goiano de Geografia*. 13(1):29-44, jan./dez. 1993.

Já os estudos neoclássicos de segregação residencial costumam ser examinados apenas como fruto de preferências por lugares ou tipos de residências numa escala de preços. Esses estudos assumiam o indivíduo como um homem econômico, que sempre pode racionalizar suas opções, visando menores custos e maiores vantagens locais.

Ao contrário da Escola de Ecologia Humana, que via a segregação residencial com produto de processos ecológicos de invasão-sucessão (vide modelo de Burgess), a Escola Neoclássica analisa essa questão como resultado de um **trade-off** entre áreas de residências e acessibilidade da mesma ao centro da cidade, a partir dos pressupostos da teoria do valor-utilidade e da lei dos rendimentos decrescentes.

Destarte, a distância no solo atuaria como um fator que influenciaria a distribuição da população nas cidades e também, influenciaria a distribuição dos usos do solo dentro das mesmas, e por dedução, o valor desse solo. Isto demonstra uma conexão existente entre o valor do solo, em especial, o custo de moradia associado à acessibilidade e a distribuição da população no espaço, que responderiam pelo paradoxo americano.

Finalmente, cabe ressaltar que o padrão espacial de segregação residencial da Escola Neoclássica, que pode ser representado pelo modelo de Berry, chega aos mesmos resultados espaciais do modelo de Burgess (compare). Entretanto, a compreensão desses resultados faz-se por vias teórico-metodológica diferentes, como já vimos.

RÉSUMÉ

Cet article a pour objectif présenter les principaux aspects de l'École de Chicago et de l'École Néo-classique en ce qui concerne la ségrégation résidentielle en milieu urbain. Après les remarques sur ces deux courants analytiques des modèles spatiaux de ségrégation, l'étude cherche à mettre en évidence les différences entre les deux Écoles.

5. BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, W. **Location and land use**. Cambridge (Mass): Harvard Univ. Press, 1964.
- BERRY, B. J. L. The Economics of Land-Use Intensities in Melbourne-Austrália. **The Geographical Review**, v. 64, n.4, p. 479-497, 1974.

DA SILVA, Carlos Alberto F. A segregação residencial sob a ótica das escolas de Chicago e Neoclássica. *Boletim Goiano de Geografia*. 13(1):29-44, jan./dez. 1993.

ENTRIKIN, J. N. Robert Park's Human Ecology and Human Geography. *AGG*, v.10, n. 1, 1980.

GOTTDIENER, M. **The social production of urban space**. Austin: The University of Texas Press, 1985.

PARK, R. E. A Cidade: sugestão para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Velho, Gilberto. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PIERSON, D. **Estudos de ecologia humana**. São Paulo: L. Martins Fontes 1948. Capítulos: Park, R. E. Ecologia Humana, p. 21-37. Mackenzie, R. D. Matéria Objeto da Ecologia Humana, p. 38-52. Zorbaugh, H. Áreas Naturais. p. 341-345.

QUESADA, J. A. R. El valor del suelo urbano: el caso de Costa Rica. Rio de Janeiro, 1977. Tese de Mestrado.

RESSMAN, L. El processo urbano. Barcelona: Gustavo Gili. 1970. Cap. 5.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1989.